

LETRAMENTO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Hanen Sarkis Kanaan¹

“De fato, como podia, um operário em construção, compreender porque um tijolo, valia mais que um pão?”

Vinicius de Moraes

Há aproximadamente cinco mil anos, a humanidade vem desenvolvendo e aprimorando seus códigos de escrita. O surgimento desta forma de comunicação provocou uma revolução nas sociedades que, gradativamente, a incorporaram em suas culturas. Com isso, em comunidades da Ásia a América, a história, legitimada, deixou de ser a que era transmitida oralmente pelos guardiões do conhecimento e passou a ser aquela escrita por uma determinada classe.

Por outro lado, o registro da história rapidamente passou também a ser usado como instrumento de dominação ideológica e de manutenção do poder. Historicamente, os grupos dominantes utilizaram o poder da escrita para naturalizar as relações sócio-econômicas e culturais. Isto explica, em parte, a grande importância que a leitura e escrita têm até hoje em nossa sociedade.

Mas, o que tudo isso tem a ver com Educação Profissional?

No Brasil, como também em outros países “periféricos” do capitalismo, o analfabetismo e a baixa escolarização compõem o quadro social. O processo de exclusão sócio-educacional da população empobrecida se inicia ainda na infância. Neste período, as necessidades básicas de sobrevivência como alimentação e moradia obrigam as crianças a abandonar a escola antes de completarem a educação básica.

A baixa escolarização repercute, posteriormente, na dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho. Como há uma oferta de empregos inferior à demanda, os empregadores aumentam cada vez mais as exigências de qualificação do empregado. Entre as muitas exigências feitas ao trabalhador destaca-se que o conhecimento seja certificado. Isto abriu espaço para a proliferação de cursos de qualificação profissional como alternativa para garantir emprego ou tornar possível uma recolocação no mercado

¹ - Licenciada em História pela Universidade do Extremo Sul Catarinense, especialista em Políticas Públicas pela Universidade do Estado de Santa Catarina, membro do grupo de pesquisa IPPT-UDESC, Instituições, Políticas Públicas e Trabalho desde 2003 e educadora da Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha ETHCI- CUT desde setembro de 2004.
Artigo escrito em outubro de 2006.

formal de trabalho. O empregador utiliza, inclusive, o argumento da baixa qualificação do profissional para justificar o desemprego.

No Brasil, há um grande número de escolas profissionais oferecendo cursos em vários níveis e áreas do conhecimento. No entanto, grande parte destes cursos são caros e conseqüentemente inacessíveis à maioria dos trabalhadores. Outro aspecto importante, é que os cursos, de um modo geral, são curtos, inviabilizando a apropriação integral do conhecimento. Além disto, os cursos abrangem áreas bastante específicas, focadas exclusivamente nas necessidades do mercado, não articuladas com as outras dimensões do conhecimento. E ainda, a formação profissional dos trabalhadores ocorre dissociada da imensa demanda por elevação de escolaridade que existe.

Diante desse quadro, quais as alternativas à educação da classe trabalhadora?

A resposta a esta pergunta passa, necessariamente, pela incorporação do debate sobre o Letramento nos cursos de Educação Profissional. Isto porque, o Letramento, segundo Tfouni (2002), tem relação direta com o desenvolvimento do comércio, da diversificação dos meios de produção e da complexidade crescente da agricultura. Ou seja, liga-se às profundas transformações históricas que ocorreram em nossa sociedade, como o aparecimento da máquina a vapor, da imprensa, do telescópio, e da sociedade industrial como um todo.

Ser letrado, em nossa sociedade, significa ter a capacidade de desenvolver ferramentas para se comunicar, escrever com autoria e expressar suas idéias com clareza. Nas atividades do cotidiano, há diversas formas de comunicação recheadas de símbolos, imagens e sons, não sendo imprescindível ser alfabetizado nos signos do letramento e escrita para realizar tarefas como fazer compras em um supermercado, pagar contas, conferir o troco ou usar o ônibus. A vida em uma sociedade letrada envolve ações e reações a estímulos sensoriais, que muitas vezes independem da alfabetização.

Se concordamos com essa perspectiva, então deveríamos ampliar ou rever nossa concepção do que deve ser o processo de ensino-aprendizagem em cursos de educação profissional. Os cursos de formação profissional deveriam permitir a construção de novos conhecimentos e, concomitantemente, oferecer ao educando uma nova compreensão da realidade, na perspectiva de que todos os trabalhadores fazem parte da construção de uma sociedade. O letramento deveria ser pensado como um processo permanente de construção de novos conhecimentos, integração social e leitura de mundo. Os cursos profissionalizantes disponibilizariam espaços para novas

aprendizagens associando técnica, teoria e conhecimento tácito², já que no cotidiano muitas atividades podem ser planejadas para atingir esse fim: a leitura de textos e imagens, o contato com a internet, veículos de comunicação de massa, entre outros. A leitura, a produção de textos ou outros materiais diversificados podem ser ferramentas importantes no processo de formação profissional.

Para o trabalhador com baixa escolarização, especialmente jovens e adultos que retornam a escola, as dificuldades de escrita e leitura costumam ser comuns. Isto é constatado tanto nos cursos básicos profissionalizantes quanto nos de elevação de escolaridade, na modalidade de EJA (Ensino de Jovens e Adultos).

O letramento, portanto, deveria estar no centro do processo de ensino-aprendizagem. A partir da ampliação de leitura de mundo, os educandos costumam se apropriar de forma mais completa de diversos conhecimentos. Os Cursos de educação inicial e continuada, oferecidos pela Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha – CUT, por exemplo, caminham nessa perspectiva. Nessa escola, cuja perspectiva é a de Educação Integral dos Trabalhadores, a leitura, escrita e atividades culturais, articuladas ao cotidiano e ao saber acumulado dos trabalhadores, fazem parte da formação dos educandos, acontecendo integradas à apropriação dos conhecimentos técnicos específicos de cada curso.

Conforme Gramsci apud Vale (1992, p.62), *“a sala de aula não é um lugar onde se lê porque a escola quer, mas é o lugar em que em função de compreender a própria história vivida ou contada, lê-se para compreender aquilo que o aluno já traz como saber.”*

Na perspectiva da Educação Integral, o desafio do educador também se insere na produção de materiais que articulem o conhecimento historicamente construído com a realidade dos educandos. Os debates devem ser estimulados e conduzidos de modo a possibilitar a ampliação da leitura de mundo dos educandos. Os temas debatidos devem ser pertinentes ao mundo do trabalho e a realidade social.

Deste modo, é construído um percurso formativo integrando as várias áreas do conhecimento. O conhecimento tácito do educando representa um papel fundamental durante todo o percurso. De forma geral, este é o ponto de partida das aulas. Construindo o conhecimento a partir daquilo que lhe é familiar, permite-se que o educando se perceba como um sujeito histórico. O educando é estimulado a questionar

² Este conceito está sendo utilizado neste texto para se referir ao conhecimento não escolar acumulado ao longo da vida. Ex: conhecimento prático das profissões.

o mundo a sua volta e ter uma atuação ativa na transformação da realidade em que vive, o que é denominado conhecimento crítico.

Segundo Freire (1977), *“enquanto o ser que simplesmente vive não é capaz de refletir sobre si mesmo e saber-se vivendo no mundo, o sujeito existente reflete sobre a sua vida, no domínio mesmo da sua existência e se pergunta em torno de suas relações com o mundo”*.

Quando o processo formativo possibilita que o educando abandone uma postura passiva e acrítica, este passa a rever sua leitura de mundo podendo, até mesmo, reinventar sua própria existência. Para Gramsci apud Vale (1992), *“o desenvolvimento histórico se concretizará, em determinado ponto, pela passagem do reino da necessidade ao reino da liberdade”*.

A ação educativa, na perspectiva da educação integral, passa a ter um caráter revolucionário comprometido com a “libertação do homem”. O educando é levado a superar as idéias do senso comum e se reconhecer como sujeito histórico, com o desejo desperto de construir uma nova sociedade, onde todos os trabalhadores tenham uma vida digna e sejam livres.

REFERÊNCIAS

TFOUNI, L. V. **Letramento e Alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2002.

FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 66.

VALE, A. M. **Educação Popular na Escola Pública**. São Paulo: Cortez, 1992.

MORAIS, V. **Operário em Construção**. Disponível em:

<<http://www.espacoacademico.com.br>>. Acesso em: 23jun.2006.